

A emergência do sindicalismo docente na imprensa do Estado Novo - Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES)

Maria Manuel Calvet Ricardo*

"A good newspaper is a nation talking to itself"

(Arthur Miller, 1961)

Lançado em condições políticas adversas, o associativismo docente dos nossos dias surgiu há pouco mais de três décadas, ligado à mais frágil das categorias profissionais dos professores, os professores provisórios e a uma escola, a Escola Francisco de Arruda, não obstante ter sido alvo de perseguições e da repressão do regime e apesar dos obstáculos que se opunham à divulgação das suas mensagens.

Em 1969, desencadeia-se um movimento reivindicativo de professores provisórios pela melhoria do estatuto profissional, pelo direito de reunião e de associação e pela participação na discussão de um modelo de profissionalização docente. Este movimento, iniciado por um grupo de professores saídos das lutas estudantis de 1962, em Lisboa, e 1969, em Coimbra, deu origem à formação do primeiro Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), durante uma reunião, na Escola Francisco de Arruda, em Lisboa, tendo todos os participantes corrido riscos de sanções que podiam ir do afastamento da Função Pública à prisão.

Rapidamente, o movimento dos Grupos de Estudo alarga-se a todo o País, emite comunicados, promove a realização de colóquios e de inquéritos à situação real dos professores e edita cadernos que, segundo Rui Grácio (1995), "veiculam informação acerca da natureza e acção dos GE, extractos de textos doutrinários, de legislação, estudos, etc."

O Caderno nº 1 de *O Professor*, publicado em 1971, é classificado como publicação não periódica, pelo que não está sujeito ao "Exame Prévio", nome com que, na

* UID Observatório de Políticas de Educação e dos Contextos Educativos / Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. O presente artigo faz parte de uma pesquisa realizada no âmbito do Projecto "A Construção da Profissão Docente no Ensino Secundário (1947-1974). Identidades, percursos, formação", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no quadro do Programa POCTI.

transição do salazarismo para o marcelismo, fora rebaptizada a censura. A Lei da Imprensa de 1972 obriga, porém, o Caderno *O Professor* a passar a revista periódica, por se publicar mais que uma vez por ano. Esta medida repressiva imposta pela nova comissão censória não desarmou, todavia, os professores. E, apesar de a PIDE, agora denominada DGS, ter exigido aos directores e reitores das escolas e liceus que denunciasses os colaboradores daquela publicação, os membros dos Grupos de Estudo constituíram uma sociedade expressamente destinada a editá-la. Os cadernos *O Professor* e os comunicados que circulavam de mão em mão, nas escolas, bem como as raras notícias, geralmente superficiais e fragmentárias, e os artigos de opinião que, apesar de tudo, iam saindo na imprensa, eram os únicos veículos de informação de que o movimento dispunha.

Impedidos como estavam de adquirirem uma profissionalização generalizada e remunerada e de se constituírem em associações profissionais, os professores não contavam senão com jornais e revistas de cariz liberal, como o *Diário de Lisboa*, o *República* e a *Seara Nova*, para a divulgação dos seus problemas e das suas iniciativas, num universo mais amplo que a comunidade docente.

Ainda assim, dada a repercussão que, no quadro político da época, as notícias acerca das actividades dos GE e os artigos sobre questões pedagógicas tinham no professorado, não surpreende que aqueles jornais, juntamente com *A Capital*, o *Diário de Notícias*, *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias* e *O Expresso*, as revistas *Flama*, *Vida Mundial* e *Século Ilustrado* e os semanários regionais *Notícias da Amadora* e *Voz Portucalense*, se tivessem tornado relevantes fontes de informação e também de formação, aspecto em que assumiram especial importância pedagogos, professores e investigadores, que, usando o próprio nome ou um pseudónimo, desafiavam a censura, arriscando-se, muitas vezes, a enfrentar processos disciplinares.

E vem a propósito perguntar: Como se explica que alguns jornais publicassem notícias que se sabia de antemão serem oriundas da oposição ao regime e abordarem temas proscritos?

Poderíamos encontrar a resposta nos estatutos editoriais das várias publicações, se já existissem, mas esses textos só aparecem depois do 25 de Abril de 1974. Temos, por isso, de nos contentar com suposições, formadas com base nos princípios políticos e ideológicos, presumivelmente defendidos quer pelos proprietários, quer pelos directores e/ou suas redacções, quer pelo corpo de colaboradores dos jornais. Eram eles que, de uma forma semi-invisível, davam corpo aos diferentes estatutos editoriais, em tempo de censura. Os próprios jornalistas não podiam fazer tábua rasa das suas convicções. Estamos nos anos 60/70. Convém não esquecer que muitos dos jornalistas em exercício, tinham pertencido às fileiras dos estudantes que viveram as crises académicas de 62 e de 69. Consequentemente, embora a escolha dos factos a noticiar fosse da responsabilidade das direcções e chefias de redacção, alguns repórteres deixavam, por vezes, transparecer, nos seus textos, juízos consciente ou inconscientemente inspirados nos valores em que acreditavam. Por outro lado, basta

passar os olhos por jornais como o *Diário de Lisboa*, *República*, *A Capital*, *Diário Popular* e *Diário de Notícias* para se verificar que não seguiam todos os mesmos critérios, na definição, selecção e hierarquização das notícias. Da leitura destes jornais salta à vista a existência de duas concepções de jornalismo, assentes, respectivamente, no primado do interesse público e no do interesse do público. Nas secções de noticiário nacional, os jornais de qualidade procuravam privilegiar o primeiro, ou seja, as notícias importantes para a comunidade; os outros, preferiam explorar os *faits-divers* que a censura deixava passar. As poucas notícias sobre o ensino ou os problemas profissionais dos professores que saíram, na última fase do Estado Novo, é, pois, na imprensa mais séria que as encontramos.

Assim, em 12 de Maio de 1968, *A Capital* publica, na rubrica *Actualidades escolares* da responsabilidade do colaborador Calvet de Magalhães, um texto de opinião assinado por José Serra, pseudónimo de Salvado Sampaio, intitulado “Uma associação de professores”. Neste texto, o autor advoga a necessidade de uma associação que defenda os interesses dos professores do ensino oficial, a qual contribuiria para “quebrar a passividade que tende a reduzir o magistério a uma rotina de teor burocrático”. É a expressão da vontade secreta de muitos, mas que ainda teria de aguardar um a dois anos para começar a tomar forma

Entretanto, em 28 de Julho de 1970, sai n’*A Capital* a primeira notícia, não assinada, de que temos registo, sobre a actividade reivindicativa dos professores provisórios, intitulada “Os professores provisórios e as férias”, e que coincide com o arranque do movimento dos Grupos de Estudo. Mas é muito cautelosa, na medida em que se refugia nas declarações do então ministro da Educação, Veiga Simão, no Congresso de Aveiro, limitando-se a informar “que está em estudo o pedido sobre gratificações dos professores provisórios relativamente às remunerações dos meses de Agosto (parte) e Setembro”. Sabendo-se que Calvet de Magalhães colaborava n’*A Capital* e na *Flama*, não é de estranhar que, em 11 de Dezembro do mesmo ano, esta revista tenha publicado, na rubrica *Ensino*, um artigo de opinião assinado por ele, com o mesmo título e com o primeiro parágrafo em tudo semelhante ao do texto saído n’*A Capital*.

Em 29 de Janeiro de 1971, o *Diário de Lisboa* insere uma mesa redonda, moderada por Helena Neves, com Carlos Veloso, Picanço Mestre, Salvado Sampaio, Calvet de Magalhães e Maria Irene Veloso, à data já identificada como elemento dos GE, a qual termina com Salvado Sampaio apelando “à formação de um Sindicato de professores de todos os ramos de ensino”.

E, em 4 de Fevereiro do mesmo ano, ao receber dois professores da Escola Francisco de Arruda, Maria Irene Veloso e Martinho Madaleno, o Ministro da Educação admite o direito de reunião dos docentes, posição largamente divulgada pelos Grupos de Estudo, em comunicado às escolas, e noticiada pela *Flama* e *Século Ilustrado*. O movimento dos GE beneficiou, aliás, de um conjunto de circunstâncias favoráveis, bem aproveitadas pelos professores provisórios, designadamente a abertura facultada

por Veiga Simão, à discussão pelo professorado de assuntos relacionados com a Reforma do Sistema Educativo e com a modernização do ensino, abertura que, na prática, confirmou a aceitação tácita pelo governante do direito de reunião com fins profissionais, anunciada na audiência de Fevereiro e, posteriormente, num discurso público, em Setúbal, a 8 de Junho. Esta oportunidade foi agarrada pelos professores provisórios reunidos na Escola Francisco de Arruda e logo divulgada pelo núcleo fundador dos GE, por todo o País.

São, no entanto, as reuniões efectuadas na mesma escola, sob a forma de colóquio, em Abril de 1971, que põem claramente os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário na imprensa diária. E são, novamente, *A Capital* e *Flama* que dão as notícias, tendo esta última publicado a foto dos organizadores. Os objectivos do movimento passam, assim, para o domínio público. Segue-se o *Século Ilustrado* que, em 5 de Junho, entre outras coisas, se refere à entrevista concedida pelo Ministro da Educação aos membros do GE e identifica, com nomes e fotos, alguns dos dirigentes do movimento.

É também por esta altura, em Agosto de 1971, que, numa atitude de provocação ao regime, repassada de ironia, membros dos GE fazem publicar, em jornais de Lisboa e Porto, anúncios pagos, de professores provisórios/eventuais à procura de um emprego nos meses de Agosto e Setembro.

“Professores: para quando o direito à associação?”, texto de Rogério Carapinha publicado na *Flama* em Fevereiro de 1972, revela os objectivos dos GE, bem como o seu modelo organizativo. São referidas as seis delegações de escola em Almada, Barreiro, Leiria, Coimbra, Lisboa e Porto. Os leitores são informados, igualmente, sobre os entraves levantados à realização de reuniões em outros pontos do País, inclusive de um colóquio a realizar na Figueira da Foz, onde se pretendia abordar os seguintes temas: “O agente do ensino na actual estrutura nacional” e “Formação do pessoal docente”. O testemunho de Calvet de Magalhães, neste artigo, confirma que, e cito: “Sr. Ministro disse, na presença daquele [Calvet de Magalhães] e do Sr. Director de Serviços, que não via qualquer inconveniente na realização do colóquio programado”. Seguem-se, em discurso directo, depoimentos do Dr. Luís Aguiar, presidente do Sindicato Nacional de Professores, e de Martinho Madaleno, dos Grupos de Estudo.

Se alguns jornais e revistas publicavam resumos dos comunicados, estes inseriam, por seu turno, excertos de notícias saídas nos jornais. É, assim, que, num comunicado de Junho de 1972, assinado por membros dos GE de todo o País, se reproduzem duas notícias saídas, respectivamente, no *Comércio do Porto*, em 7 de Junho, e no *Jornal de Notícias*, em 10 do mesmo mês. A primeira referia-se à realização de um colóquio com Salvado Sampaio e Fins do Lago, na Cooperativa Árvore, e a segunda informava que, “À última hora, o governador civil proibiu a sessão”.

Em Outubro e Novembro de 1972, novos colóquios na Escola Francisco de Arruda são notícia nos *Diário de Lisboa*, *República* e *A Capital*. Depois, em Dezembro, a

revista *Seara Nova*, reconhecida como defensora da liberdade de expressão e declaradamente oposta ao regime, publica, na íntegra, o relatório desses colóquios e o texto da moção então aprovada.

Num jornal não identificado, é noticiada, ainda em 1972, a saída em Outubro da revista *O Professor*. Trata-se de uma notícia de 18 linhas a uma coluna, intitulada "A revista 'O Professor' sai em Outubro". O texto, muito breve, é incisivo: "Inscrita já nos Serviços de Registo de Imprensa da Direcção-Geral da Informação prepara-se para sair em Outubro próximo a revista 'O Professor', que reviverá o anterior caderno não periódico, impossibilitado de continuar devido à vigência da actual Lei de Imprensa". Deste modo, não só informa sobre o futuro da publicação como conta o que, anteriormente, lhe aconteceu. Mais tarde, em finais de 1973, o semanário *Expresso* divulga o estatuto editorial de *O Professor*.

E, em Fevereiro de 1973, o *Diário de Lisboa* publica uma extensa mesa redonda, na qual participaram António Teodoro, Elsa Oliveira, Maria Manuela Cabral e Teresa Saraiva. Aí eram abordados todos os problemas que afectavam a classe docente e que já tinham sido amplamente divulgados nas escolas, através dos comunicados dos Grupos de Estudo. Um autêntico ponto da situação. Simultaneamente, o movimento ganha força e passa a agregar professores de todas as categorias.

Durante o 3.º Congresso da Oposição Democrática, em Abril de 1973, sai no jornal *República* uma notícia em cujo título se detecta já uma mudança de tom da imprensa de intervenção da altura: "Professores reclamam o reconhecimento dos direitos sindicais". Em Junho do mesmo ano, lê-se no recentemente criado *Expresso*: "Em projecto um novo estatuto dos professores". Seguidamente, em Julho, o suplemento *Mesa Redonda* do *Diário de Lisboa* noticia: "Para estimular a reflexão do professorado, o Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), de Lisboa fez distribuir uma circular anunciando os pontos principais que deveriam merecer a atenção dos docentes". E o jornal sublinha: "A existência da ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES [sic] é uma condição necessária para a participação colectiva dos professores na definição da sua situação profissional".

Entretanto, também os jornais regionais começam a despertar para os problemas do ensino e do professorado: em Março de 1974, o director da revista *O Professor*, Costa Carvalho, dá uma extensa entrevista à *Voz Portucalense*, com chamada na primeira página.

Mas, no início de 1974, o regime volta a intensificar a repressão sobre os GE. *República*, *Notícias da Amadora*, *Expresso* e outros, divulgam um despacho do Ministério da Educação Nacional, assinado pelo secretário de Estado da Instrução e Cultura, Dr. Augusto Ataíde, em que se equipara os Grupos de Estudo a associações secretas e se alerta para os riscos que os seus membros corriam, desde prisão correcional não inferior a seis meses ao afastamento da Função Pública, multas não inferiores a 2 000\$00 e suspensão dos direitos políticos durante cinco anos.

A leitura da realidade profissional dos docentes exerce uma importante função formativa e de orientação de comportamentos e de formas de comunicação. E o Governo estava bem consciente da influência que os jornais exerciam sobre a opinião pública. Havia que usar vários subterfúgios. É assim que, aproveitando a mencionada abertura no quadro da discussão pública da Reforma do Sistema Educativo, os GE conseguem que a imprensa rompa a barreira da censura e publique entrevistas e notícias sobre os problemas da classe docente.

O lançamento, entre o final de 1969 e o início da década de 70, do associativismo dos professores, iludindo a censura e permitindo desvendar os principais problemas do ensino, contribuiu para criar, entre os docentes, um espírito de união e uma identidade profissional.

Foi, pois, a consciência profissional dos activistas dos movimentos associativos de professores, construída durante o regime ditatorial, com a ajuda de investigadores, pedagogos e colaboradores dos periódicos nacionais e regionais, que possibilitou se iniciasse, logo após a libertação, a 25 de Abril de 1974, o processo de criação do sindicalismo dos docentes do ensino oficial em Portugal.